

Resumo: O presente texto quer resgatar, sem a pretensão de completude e de exaustão, alguns elementos do Concílio Vaticano II que ajudam a entender o modo como a Igreja de hoje se relaciona com a sociedade e contribuem para o enfrentamento dos atuais desafios da relação entre a Igreja e a sociedade. Alguns desses elementos: 1. A metodologia ver-julgar-agir. 2. A distinção entre Igreja e Reino de Deus. 3. Os sinais dos tempos. 4. O fim da cristandade. 5. A opção pelo ser humano, sobretudo pelos pobres. 6. Liberdade religiosa, ecumenismo e diálogo inter-religioso. 7. A nova relação entre Igreja e mundo. O decorrer de 50 anos renovou a Igreja. Mas há ainda um longo caminho a percorrer. Um Concílio leva dezenas de anos até ser plenamente recebido, isto é, acolhido na prática. As intuições do Vaticano II, inspiradas pelo Espírito Santo, como num grande Pentecostes do século XX, deverão ser ainda assimiladas por todo o corpo eclesial.

Abstract: The text at hand tries to recuperate, without pretending to be complete and exhaustive, some elements of the II Vatican Council which should help to understand the approach of the Church with society and the confrontation of today's challenges as regards the relationship between the Church and the population at large. Some of these elements to be mentioned are: 1st the method: to see-to judge-to act; 2nd the distinction between the Church and the Kingdom of God; 3rd the signs of the time. 4th the final stage of Christianity; 5th the option of the human being, especially in benefit of the poor; 6th religious freedom, ecumenism and interreligious dialogue; 7th a new relationship between the Church and the world. The course of time of the last fifty years renewed the Church. But there is still a long way to go. A Council takes decades to be received all together. The intuitions of the II Vatican Council, inspired by the Holy Spirit, like a great Pentecost of the 20th century, ought to be assimilated by the whole ecclesial body.

Atuais desafios da relação entre Igreja e sociedade à luz do Concílio Vaticano II

Vitor Galdino Feller*

* O autor, Doutor e pós-Doutor em Teologia Sistemática, é Diretor da FACASC e do ITESC e Vigário Geral da Arquidiocese de Florianópolis.



Introdução

Ao tratar da relação entre Igreja e sociedade, a Campanha da Fraternidade de 2015 retoma a caminhada dos últimos 50 anos, nos quais houve uma reviravolta no modo de a Igreja se autocompreender e se apresentar ao mundo. Percebendo-se grande na sua identidade, a Igreja vê-se pequena na relação com o mundo. Em si, a Igreja é grande: ícone da Trindade, povo santo de Deus, corpo de Cristo, reino de Cristo em mistério, templo do Espírito, sacramento da sacramento universal, germen, sinal e instrumento do Reino. Diante e dentro do mundo, a Igreja é pequena: fermento na massa, sal na comida, luz no ambiente, pequeno rebanho.

O presente texto quer resgatar, sem a pretensão de completude e de exaustão, alguns elementos do Concílio Vaticano II que ajudam a entender o modo como a Igreja de hoje se relaciona com a sociedade e contribuem para o enfrentamento dos atuais desafios da relação entre a Igreja e a sociedade.

1 A metodologia ver-julgar-agir

Este modo de analisar a realidade não surgiu com o Concílio Vaticano II, mas nas décadas anteriores, no universo da Ação Católica. O Concílio assumiu essa metodologia em diversos de seus textos, sobretudo na constituição pastoral *Gaudium et Spes* (GS) sobre a Igreja no mundo contemporâneo. Nas relações da Igreja com o mundo, na reflexão teológica e na ação pastoral, busca-se primeiramente “ver” a realidade, analisando-a com os instrumentais das ciências sociais (sociologia, demografia, política, economia, estatística etc.). Em seguida, examinam-se (“julgar”) as diversas feições da realidade à luz da Escritura, da Tradição e do Magistério da Igreja. Por fim, sugerem-se pistas de ação (“agir”), com vistas a interferir na realidade com a intenção de transformá-la, para que nela prevaleça a justiça, a igualdade e a solidariedade, a fim de que se torne sinal do Reino definitivo.

Assim, na introdução da GS, o Vaticano II parte das esperanças e angústias dos homens e mulheres de nosso tempo, sobretudo dos pobres, considerando as mudanças sociais e políticas, psicológicas, morais e religiosas, os desequilíbrios, as aspirações e as interrogações mais profundas da humanidade. Depois, na primeira parte apresenta a doutrina da Igreja sobre a dignidade da pessoa humana, a vocação comunitária



do homem, o trabalho, e a relação da Igreja com o mundo. Na segunda parte lança pistas pastorais para a promoção do casamento e da família, a promoção do progresso cultural, da vida econômico-social e política, para a construção da paz e da comunidade internacional.

Desse modo, o Concílio nos ensina a ser humildes em nossa abordagem da realidade. Como qualquer ciência que, nos quadros de seu método, não tem a pretensão de açambarcar a totalidade da realidade, também a Igreja, em sua reflexão teológica e ação pastoral, deve pôr-se em atitude de humildade. Não pode ter a pretensão de dominar a realidade, mas apenas de colocar-se a serviço, apontando luzes e sombras, situações de pecado que precisam ser denunciadas e superadas, e sinais de vida que precisam ser realçados e valorizados.

2 A distinção entre Igreja e Reino de Deus

O Concílio deixou claro que o Reino de Deus é mais amplo que a Igreja. Por sua vez, a Igreja é sinal, germe e instrumento do Reino de Deus. A Igreja é uma das mediações, embora a mais privilegiada, para a realização do Reino de Deus. Pela força da Palavra, pela graça dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia, e pela prática da caridade, a Igreja faz acontecer no mundo o Reino de Deus. Enquanto servidora do Reino, o raio de atuação da Igreja ultrapassa suas fronteiras. Por isso, como mediadora do Reino, a Igreja deve dialogar com as outras igrejas cristãs, com as religiões, com as culturas, com os movimentos sociais e com todos os grupos e pessoas de boa vontade que buscam um mundo mais justo, igualitário e fraterno. A Igreja é um pequeno rebanho que, no meio da massa do mundo, vai realizando, entre luzes e sombras, o Reino que a ultrapassa.

Assim, nos mundos da comunicação e da educação, da justiça e do trabalho, da saúde e da arte etc, a Igreja vai apontando sinais de como poderia ser o Reino de Deus se todos vivessem no Espírito de Cristo, no equilíbrio entre unidade e diversidade. Cada um com seu carisma próprio, mas todos buscando o bem comum, seja em seu próprio interior, seja em suas relações *ad extra*, a Igreja é no mundo o sacramento do Reino de Deus.

Enquanto germe e princípio do Reino de Deus na concretude da história, a Igreja realiza sua missão no mundo e para o mundo. Ela está no mundo e existe para o mundo. Não encontra seu fim em si mesma,



mas é mediadora da relação entre Deus e os seres humanos e destes entre si. Ela não é a salvação, a qual só se encontra em Deus, princípio e fim de todas as coisas, mas é sacramento de salvação, ela existe para a salvação do mundo. Na relação com as demais expressões da vida social, numa postura de diálogo e serviço, ela testemunha ao mundo e anuncia a presença amorosa de Deus Pai que em seu Filho e no Espírito Santo quer salvar a humanidade. Ela acredita que, pela presença da graça criadora, todas as realidades terrestres estão abertas a Deus e, portanto, toda tarefa de humanização do mundo converge para Deus. Quanto mais ela se encarnar no mundo, mais ela estará sendo sinal e instrumento do Reino de Deus.

Desse modo, a Igreja passa a ver-se mais como mistério, imagem terrena da Trindade divina, do que como instituição, sociedade perfeita. Em vez de ver a instituição da Igreja somente como mediação para o acesso a Deus, o Concílio passa para a compreensão da Igreja como sacramento da salvação, isto é, da vinda e da presença de Deus. Assim, o Concílio deu importância ao Jesus histórico e à historicidade da Igreja. Mais que arca de uma salvação buscada na vida após a morte, a Igreja realiza esta salvação já agora, na forma de sinal, de mistério, na comunhão humana dos fiéis reunidos em Cristo. Entende-se, agora, que o mistério encarna-se e revela-se na história. Com isso, avança-se para além da *Mystici Corporis*¹, que sublimou o mistério deixando intacta a história, identificando sem mais Igreja de Cristo com a Igreja romana. O Concílio propõe, agora, que a Igreja de Cristo “subsiste” na Igreja romana (*Lumen gentium*, 8), mas não se fecha dentro das fronteiras da Igreja romana. Questiona tanto a absolutização do sistema romano quanto a forma romana de relacionar-se com as igrejas e religiões e propõe novas práticas para o ecumenismo (LG 15), o diálogo com as religiões (LG 16) e com o mundo (GS 2). A concepção da Igreja como mistério, ao contrário da visão tradicional da Igreja como instituição, facilita o diálogo com o mundo, as culturas, as igrejas, as religiões.

3 Os sinais dos tempos

Nesta nova maneira de a Igreja se ver dentro do mundo, entra a teologia dos sinais dos tempos. Eles se tornam referência tanto para a valorização das realidades terrestres – o trabalho, a ciência, a política, a

¹ Encíclica de Pio XII, publicada em 1943.



economia, as relações internacionais etc. – quanto para o diálogo atento da Igreja com o mundo. A expressão *sinais dos tempos*, baseada nos evangelhos (Mt 16,4; Lc 12,54-56), empregada pelo papa São João XXIII na convocação do Concílio (1961) e na encíclica *Pacem in Terris* (1963), e pelo papa Beato Paulo VI na encíclica *Ecclesiam Suam* (1964), foi empregada diversas vezes, em textos importantes, na *Gaudium et Spes*, para indicar que a Igreja, em sua missão de anunciar o Cristo, como que para conhecer e preparar o terreno onde lançar a semente do Evangelho, deve estar atenta ao mundo e suas mudanças, suas inquietações e seus clamores (GS 4;11;44; cf. também *Presbyterorum Ordinis*, 9; *Unitatis Redintegratio*, 4; *Apostolicam Actuositatem*, 14; *Dignitatis Humanae*, 15).

Provinda da Bíblia, essa expressão chama a atenção para os desafios que o mundo de hoje traz à Igreja. O papa João XXIII a usara para mostrar a relevância dos pobres, das mulheres e dos operários na sociedade de seu tempo, interpelando as instâncias da Igreja a ouvi-los e dar-lhes vez e voz. Os sinais dos tempos têm uma conotação pastoral, que aponta para a urgência da ação pastoral e evangelizadora da Igreja. Mas têm também uma conotação teológica, uma vez que através deles Deus nos fala a uma relação especial com ele e com seus apelos.

O Concílio nos ensina, assim, a estar atentos aos grandes desafios que o mundo põe à ação da Igreja. O papa São João Paulo II, na encíclica *Redemptoris Missio* sobre a missão da Igreja (n. 37) cunhou a expressão “modernos aréopagos”. Referindo-se ao apóstolo Paulo que, no aréopago de Atenas (At 17,16-34), anunciou audaciosamente a ressurreição de Jesus Cristo, mesmo correndo o risco da rejeição, como de fato aconteceu, o papa aponta para novos aréopagos onde a Igreja deve fazer-se presente para anunciar o Evangelho: o mundo das comunicações sociais, a busca pela paz entre as nações, o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo o das minorias, a promoção da mulher, do jovem e da criança, a proteção da natureza etc.

No processo de anúncio e de inculturação do Evangelho, é imprescindível levar em conta os desafios ou apelos de cada tempo e espaço. Esses desafios podem ser de ordem interna e referir-se às instâncias da própria Igreja, onde podem encontrar-se forças ou fraquezas. Podem ser de ordem externa, referentes às instâncias da sociedade, onde podem encontrar-se oportunidades e ameaças.

Sinais dos nossos tempos podem ser: a ascensão da mulher e do jovem nos espaços sociais e eclesiais, o avanço dos pobres, o movimento



ecológico, a luta pela paz entre as nações, a globalização econômica, a comunicação entre os povos, a informatização, a defesa da dignidade humana etc. No diálogo com a sociedade a Igreja não pode desconsiderar esses grandes desafios, que têm muito a dizer para a obra evangelizadora do anúncio do Reino de justiça e solidariedade.

4 O fim da cristandade

Os tempos que se seguiram às duas grandes guerras mundiais caracterizaram-se pelo avanço da revolução econômica do capitalismo, que promoveu rápida industrialização e acelerada urbanização, com gigantesco êxodo rural. No campo vivia o sujeito religioso pré-moderno. Arrancado de seu hábitat piedoso e lançado no anonimato da cidade, perdia as referências religiosas tradicionais e assumia em suas mãos o próprio destino. Em vez de sentir-se dominado pelas forças sagradas da natureza, o homem urbano sentiu-se dominador da natureza através da crescente mecanização e do desenvolvimento das tecnologias. As condições sociais e trabalhistas se modificaram profundamente. No campo político, a democracia foi se impondo como regime mais aceitável pela consciência moderna. No Brasil, as reações populares ao regime ditatorial, em consonância com os ensinamentos e as posições pastorais da Igreja, confirmavam o sonho da democracia. No mundo cultural, abandona-se a filosofia e a teologia marcadas por ideias abstratas e fixistas. É o fim da cultura da cristandade medieval. O encontro com a modernidade se faz por meio da ciência, da emergência da subjetividade, da relevância crescente da práxis e da consciência da história.

Reconhecendo os valores da modernidade, o Concílio Vaticano II coloca a Igreja diante de uma nova etapa de sua história. O Concílio constituiu-se, assim, em túmulo da cristandade, dá por superada essa época, que era regida por uma relação intrínseca entre Igreja e Estado, entre Igreja e sociedade, na qual os ideais da Igreja eram predominantes. A Igreja não se coloca mais acima do mundo, em atitude de senhora e mestra, nem ao lado, em atitude de oposição e confronto, mas dentro do mundo, em atitude evangélica de serviço, como fermento na massa, sal da terra e luz do mundo.



5 A opção pelo ser humano, sobretudo pelos pobres

Rompendo com uma fé metafísica e abstrata, o Concílio fala de Deus a partir do ser humano e busca servir a Deus servindo o ser humano. Na ação evangelizadora, a Igreja opta pelo ser humano como caminho da Igreja (GS 3). Em sua primeira encíclica, *Redemptor Hominis*, o papa João Paulo II cunhou expressão que se tornou célebre: “o homem é o caminho da Igreja” (RH 14). Daí o atual interesse e engajamento dos organismos e movimentos da Igreja na defesa da dignidade e dos direitos humanos.

Sinal da nova relação entre Igreja e o ser humano está a grande passagem, síntese e carro-chefe de todas as outras, a transição de uma Igreja comprometida com o poder para uma Igreja solidária com os pobres. Com efeito, é no mundo da pobreza que se há de conferir a radical novidade do cristianismo, como força e poder de Deus em favor da salvação da humanidade. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* tratou da necessidade de aproximar a Igreja dos pobres, não apenas no sentido de solidariedade e compaixão, como sempre o fizera nos séculos passados, mas no sentido de uma real identificação entre Igreja e pobres, de modo a entender a Igreja como Igreja de pobres, de fiéis que, no seguimento de seu Senhor que se fez pobre, não buscam as glórias terrenas, mas a humildade e a abnegação (LG 8). A *Gaudium et Spes* inicia anunciando que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1); reconhece que “a maior parte do mundo ainda se debate em tão grande penúria que o próprio Cristo, nos pobres, como que em alta voz, clama pela caridade de seus discípulos” (GS 88); e denuncia que “a corrida armamentista é a praga mais grave da humanidade, que lesa intoleravelmente os pobres” (GS 81).

Embora o tema da pobreza e dos pobres esteja posto na *Gaudium et Spes* e em todo o Concílio apenas de forma germinal, há que se considerar que ele oferece uma perspectiva totalmente nova para o entendimento da relação da Igreja com o mundo. Ela não se põe mais a serviço dos poderosos, mas dos pobres de Cristo. O magistério episcopal latino-americano, de Medellín (1968) a Aparecida (2007), secundado pela teologia da libertação, irá fazer da opção pelos pobres, logo a seguir, o centro de sua percepção da realidade da Igreja como mistério de



comunhão e missão. Não há que se esquecer que João Paulo II alçou a opção pelos pobres à categoria de critério de seguimento de Cristo para a Igreja em todo o mundo (*Novo Millennio Ineunte*, 49). O papa Bento XVI a elevou à categoria teológica ao dizer que “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza” (citado em DAp 392). O papa Francisco propôs no início de seu pontificado o empenho por “uma Igreja pobre, dos pobres e para os pobres”.

O Documento de Aparecida assume de modo prático a opção pelos pobres, ao constatar e propor: “Quantas vezes os pobres e os que sofrem realmente nos evangelizam! No reconhecimento desta presença e proximidade e na defesa dos direitos dos excluídos encontra-se a fidelidade da Igreja a Jesus Cristo. O encontro com Jesus Cristo através dos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé em Jesus Cristo. Da contemplação do rosto sofredor de Cristo neles e do encontro com Ele nos aflitos e marginalizados, cuja imensa dignidade Ele mesmo nos revela, surge nossa opção por eles. A mesma união a Jesus Cristo é a que nos faz amigos dos pobres e solidários com seu destino” (DAp 257).

6 Liberdade religiosa, ecumenismo e diálogo inter-religioso

O Concílio Vaticano II incentivou a abertura da Igreja para três importantes campos de sua ação pastoral em relação com o mundo. Cada um deles conta com um documento explícito que expõe os ensinamentos da Igreja para sua ação no mundo mais propriamente religioso: o Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR) sobre o ecumenismo, a Declaração *Nostra Aetate* (NA) sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, e a Declaração *Dignitatis Humanae* (DH) sobre a liberdade religiosa. Mesmo tratando-se de temas especificamente religiosos, interferem profundamente na relação da Igreja com a sociedade.

Superando suas reticências com o movimento ecumênico, que havia nascido fora de suas fronteiras, no Concílio Vaticano II a Igreja passa a empenhar-se de modo irreversível na caminhada pela unidade das igrejas cristãs, de modo tal que essa união passa a tornar-se uma das principais tarefas do Concílio. Redescobrimo sua dimensão escatológica, a Igreja passa a ver-se como *semper reformanda*, isto é, sempre necessitada de reforma. Considerando uma nova concepção da relação entre Igreja de



Cristo e Igreja Católica, esta passa a ver-se não como a totalidade da Igreja de Cristo, mas como a visível estrutura de suas propriedades essenciais e da plenitude dos meios de salvação. Fora dessa estrutura visível admitem-se, porém, numerosos elementos de santificação e verdade: a Palavra de Deus, a vida na graça, as virtudes da fé, da esperança e da caridade, os dons interiores do Espírito Santo, os elementos visíveis da Igreja. Numa sociedade em que se diversificam cada vez mais as denominações cristãs, é importante que a Igreja volte sempre ao ideal proposto pelo Concílio. O papa João Paulo II, na encíclica *Ut unum sint*, chegou a dizer que o ecumenismo não é acidental, mas essencial a toda a obra evangelizadora. A caminhada ecumênica, ainda que diga respeito às relações entre as igrejas cristãs, pode oferecer grande contribuição no empenho por uma sociedade igualitária e solidária, tendo em vista a contribuição que todas as igrejas, em particular e em conjunto, podem dar em termos de educação para a paz e a justiça, de engajamento na luta por reformas políticas que visem o bem-estar físico, moral e espiritual do povo.

Inaugurando um otimismo salvífico inexistente no passado, o Concílio afirma que Deus, em sua bondade e por meios que só ele conhece, acolhe as pessoas que o buscam nas mais diferentes religiões. Assim, a Igreja passa a promover uma nova etapa no seu modo de relacionar-se com as grandes religiões não cristãs. Rompe-se o absolutismo católico e cristão, e inaugura-se um clima novo, de abertura às outras religiões, consideradas como “respostas aos profundos enigmas da condição humana” (*Nostra Aetate*, 1). Exortando os fiéis ao diálogo sincero com os membros das grandes religiões, sobretudo o judaísmo, o islamismo, o budismo e o hinduísmo, a Igreja Católica afirma que “nada rejeita do que há de verdade e santo nessas religiões” (NA 2). No mundo atual, em que as relações entre os povos e, portanto, entre suas grandes religiões, tornam-se cada vez mais profundas e amplas, essa abertura da Igreja é importante para a sensibilidade no modo de entender e captar a dinâmica religiosa da alteridade. Ainda que se deva sempre garantir a própria identidade, deve-se também insistir na dinâmica da diversidade. Exige-se hoje uma atenção especial para a extraordinária diversidade das tradições religiosas, como meio para o serviço em favor da vida e da dignidade das pessoas, sobretudo dos pobres, e para o diálogo entre os povos e o empenho pela paz entre as nações.

Com a declaração sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis Humanae*), o Concílio Vaticano II vira a página de uma perspectiva ensimesmada que negava a liberdade de consciência, ligando-a com o indife-



rentismo religioso. A liberdade religiosa passa a ser vista no campo dos direitos humanos fundamentais, do respeito à consciência e dignidade de cada ser humano. O Concílio supera os medos de que a defesa da liberdade religiosa pudesse levar à difusão do erro, à diminuição do zelo missionário, ao risco do subjetivismo e do indiferentismo religioso. E propõe que todo ser humano tem o direito e o dever de, em livre e sã consciência, buscar a verdade em matéria de religião, e de praticá-la ou não, sem coação da parte do Estado. Numa sociedade em que prevalece cada vez mais o conceito e a prática da laicidade do Estado, é importante voltar ao Concílio Vaticano II que, nesse campo, afirma a distinção entre Igreja e Estado, entre religião e política. Não se trata de o Estado proibir ou coibir as manifestações religiosas ou de empurrar a prática religiosa para o campo das relações privadas, mas de reconhecer que não cabe à Igreja ou a qualquer outra instituição religiosa definir e determinar os destinos da sociedade. Cabe-lhes, porém, o direito de intervirem, com a exposição de suas doutrinas e posicionamentos éticos, em favor da dignidade humana e da igualdade social.

7 A nova relação entre Igreja e mundo

Grande reviravolta promovida pelo Concílio Vaticano II, sobretudo na *Gaudium et Spes*, está na redescoberta do mundo como ambiente maior em que se desenrola o plano de ação de Deus. Se a Igreja é lugar da ação de Deus, sacramento universal de sua salvação em favor de toda a humanidade, o mundo também é. Não são dois planos de salvação, o da Igreja e o do mundo. Pois, a única história da salvação se desenvolve em dois planos, um menor e outro maior, a Igreja e o mundo respectivamente. São como dois caminhos, não estranhos um ao outro, mas num entrelaçamento mútuo, em relação dialética. A cristandade medieval havia posto o mundo numa relação difícil diante da Igreja. Ou o mundo estava dentro dela ou sob sua tutela, e, assim, a Igreja o absorvia ou o dominava, impossibilitando-o de se manifestar com sua dinâmica e validade própria. Ou o mundo estava diante dela, visto em oposição a ela, como lugar do pecado, e, então, a Igreja o condenava, impossibilitando-se a si mesma de ver a bondade radical da criação e de ser fermento no mundo. Para o Concílio Vaticano II, o mundo é o gênero humano e sua história; a Igreja está dentro do mundo, não fora, nem ao lado, nem acima, nem contraposta a ele.



Com essa consciência e compromisso de ver primeiro o mundo e seus sinais, o Concílio Vaticano supera a oposição entre o espiritual e o temporal pela relação de ambos ao escatológico. Com essa mudança de perspectiva, não é mais a Igreja, que, na pretensão de ser portadora dos valores espirituais, domina e orienta o temporal. A atração do temporal (mas também do espiritual) não vem da Igreja, mas do Reino futuro. A própria Igreja, junto com o mundo, se situa, agora, na dinâmica do Reino. Este mundo não se põe mais em oposição à Igreja, mas é distinguido do mundo futuro pelo fato de ainda ser passível das mutações próprias da história. Mas tudo, seja na Igreja, seja no mundo, aponta para a glória do reino definitivo. O próprio homem que vive neste mundo não é nem desprezado nem desprezível, apenas está a caminho, como a própria Igreja, que é sacramento da escatologia, também é itinerante e feita de itinerantes.

Esta mudança de relação entre a Igreja e o mundo se percebe no uso dos dois enfoques dos quais o Concílio se serve para ver a Igreja. Quando analisada em sua identidade, usam-se grandes dimensões. Quando vista em sua relevância na relação com o mundo, contam as pequenas dimensões. Quando vista em si mesma, em sua identidade, como o faz a *Lumen Gentium*, a Igreja é grandiosa. Ela é a imagem da Trindade, o povo santo de Deus, o corpo místico de Cristo, o templo do Espírito Santo, o sacramento universal da salvação, o germe e instrumento do Reino (LG 1-8). Vista em seu próprio mistério, a realidade da Igreja é grandiosa, é a obra de Deus-Trindade em sua manifestação salvadora da inteira humanidade. No entanto, quando vista em sua relação com o mundo, como a vê a *Gaudium et Spes*, ela adquire pequenas dimensões. Aí, é o mundo que é visto em grandes dimensões. O mundo é o pléroma do Verbo encarnado (1Cor 15,28; Ef 1,10; Col 1,20), dentro do qual se situa a Igreja. Na relação com o mundo, a Igreja se vê pequena. Ela re-adquire as conotações bíblicas de pequeno rebanho em meio aos lobos, fermento na massa, semente lançada na terra, luz sobre o candeeiro. O mundo lhe dá, agora, uma dimensão à qual ela não estava acostumada.

Na verdade, se considerarmos a revelação bíblica, essa pequenez é a dimensão que lhe é própria. Mas dela a Igreja havia se esquecido. Afinal, no decorrer de um milênio e meio, desde os tempos do imperador Teodósio, que fez do cristianismo religião oficial do império romano (em 381), ela se acostumara ao regime da cristandade, da qual era ao mesmo tempo agente e beneficiária. Agora, essa cristandade medieval não existe mais. Por ocasião do Concílio, a cristandade já havia ruído. Restava ao Concílio a maturidade para reconhecer seu fim e adaptar a



Igreja à nova realidade. Da situação de poder em que a Igreja se havia instalado desde o século IV, devia ela agora passar a uma situação de quênose, de rebaixamento, de despojamento. A Igreja passa, agora, a ver-se pequena dentro da grandiosidade do mundo. Ela é simplesmente a comunidade dos seguidores de Jesus Cristo, o Bom Pastor que faz seu rebanho dispersar-se *no mundo*, o Semeador que espalha *no mundo* a Igreja, qual semente da Boa-Nova. Jesus Cristo é a Cabeça da Igreja que faz crescer seu Corpo *no mundo*, que é seu pleroma. A Igreja vê-se agora como Corpo de Cristo dentro do Pléroma de Cristo. Ou: Corpo místico de Cristo dentro do Corpo cósmico de Cristo. Embora a categoria do serviço não tenha sido explicitamente desenvolvida no Concílio, pode-se dizer que a Igreja conciliar se vê, agora, como serva de Deus e serva da humanidade (GS 3b, AG 12c).

Conclusão

O decorrer de 50 anos renovou a Igreja. Mas há ainda um longo caminho a percorrer. Um Concílio leva dezenas de anos até ser plenamente recebido, isto é, acolhido na prática. As intuições do Vaticano II, inspiradas pelo Espírito Santo, como num grande Pentecostes do século XX, deverão ser ainda assimiladas por todo o corpo eclesial.

A tentação da novidade e o apego ao presente, o novidadismo e o presentismo, dois grandes males da atualidade, podem afastar as novas gerações dessa fonte de graças que foi o Concílio. Em seu retorno às fontes bíblicas e patrísticas, ele mesmo se tornou uma fonte à qual os membros da Igreja deverão acorrer para nele encontrarem sugestões muito ricas para o enfrentamento dos grandes desafios da nova evangelização. No campo da relação entre a Igreja e a sociedade, o Concílio é uma fonte inesgotável de inspirações.

E-mail do Autor:

vitorfeller@arquifln.org.br